

SIGA O VALOR NAS REDES SOCIAIS.

f t y

YOUTUBE: /VALORECONOMICO
FACEBOOK: /VALORECONOMICO
TWITTER: @VALOR_ECONOMICO

Assurant Seguradora S.A.
CNPJ nº 03.823.704/0001-52 - NIRE nº 35.300.191.617
Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 31 de Agosto de 2022

Aos 31/08/2022, às 11:00h, na sede da Companhia. **Presença:** Dispensada acionista representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **Mesa:** Foi indicado para presidir a Mesa o Sr. Adelmo de Moura Machado, o qual convidou o Sr. José Augusto Gomes Codesso, para secretariá-lo. **Deliberações:** I) Destituir do Comitê de Auditoria, a partir da presente data, os Srs.: (i) Sr. Paulo José Arakaki, CPF/ME nº 047.726.498-08, (ii) Paulo Yukio Fukuzaki, CPF/ME nº 073.215.168-65 e (iii) Sergio Moreno, CPF/ME nº 639.382.788-20. II) Extinguir o órgão estatutário denominado "Comitê de Auditoria", promovendo os ajustes necessários no Estatuto Social da Companhia, conforme informado abaixo: - Alterar o Art. 14, passando a constar a seguinte redação: "Art. 14 - O Conselho de Administração terá os poderes previstos no Artigo 142 da Lei nº 6.404/76. Os atos descritos a seguir serão aprovados, decididos ou autorizados pelo Conselho de Administração: a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; b) aprovar a aquisição, venda ou gravame de qualquer participação acionária em outras companhias, pessoas jurídicas, sociedades limitadas, associações, "joint-ventures" ou consórcios; c) eleger e, a qualquer tempo, destituir os Diretores da Companhia, bem como estabelecer sua respectiva remuneração de acordo com a remuneração global estabelecida para os órgãos de administração da Companhia pela Assembleia Geral; d) submeter à Assembleia Geral propostas relativas à distribuição de lucros; e) decidir a forma e conteúdo do voto da Companhia em relação às ações, quotas ou outras participações da Companhia em outras companhias"; - Alterar o Art. 20, passando a constar a seguinte redação: "Art. 20 - Compete ao Diretor Responsável pelos Controles Internos ser responsável pelos controles internos da Companhia, nos termos da regulamentação vigente emitida pelo CNSP e pela SUSEP § 1º - O Diretor Responsável pelos Controles Internos poderá reunir-se, sempre que considerar necessário, o Conselho de Administração ou com o Diretor Presidente da Companhia, sem a presença dos demais diretores. § 2º - O Diretor Responsável pelos Controles Internos poderá desempenhar outras atribuições relativas à governança da Companhia, de caráter de fiscalização ou controle, bem como desempenhar as atribuições conferidas ao Comitê de Risco, sendo-lhe vedado, direta ou indiretamente, o acúmulo de funções relativas à gestão, de caráter executivo ou operacional, ou que impliquem em assunção de riscos relevantes relativos ao negócio da Companhia, inclusive para fins do Artigo 17 deste Estatuto Social"; - Excluir dos Arts. 24 a 30, renumerando os demais. - Alterar o Art. 28, passando a constar a seguinte redação: "Art. 28 - O balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras obrigatórias, de acordo com a legislação ou regulamentação societária em vigor, deverão ser discutidas e votadas na Assembleia Geral a ser realizada até o dia 31 de março do ano seguinte ao término do exercício social. § 1º - Ao final de cada exercício social, serão elaboradas as demonstrações financeiras pela Administração da Companhia, de acordo com a legislação aplicável. § 2º - A proposta da Administração de alocação dos lucros da Companhia será considerada parte da declaração de fim do ano fiscal, conforme estabelecido nesse Estatuto Social e na legislação aplicável. § 3º - A Administração da Companhia deverá preparar balanços intermediários semestrais, podendo preparar em períodos mais curtos de tempo, e aprovar a distribuição de dividendos ou constituir reservas baseadas em tais dividendos, respeitando-se as provisões legais e limitações aplicáveis." (III) Aprovar a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia que passa a vigorar com a redação que consta do Documento I da presente ata, autenticado pela Mesa e arquivado na sede da Companhia. Nada mais havendo a tratar. Barueri (SP), 31/08/2022. Mesa: **Adelmo de Moura Machado** - Presidente; **José Augusto Gomes Codesso** - Secretário. JUCESP nº 699.644/22-7 em 26/12/2022. Gisela Simiema Ceschiatti - Secretária Geral.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SES - SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
SECRETARIA ADJUNTA DE AQUISIÇÕES E FINANÇAS
SUPERINTENDÊNCIA DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE ABERTURA
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2023/SES/MT.
Processo Administrativo nº SES-PRO-2022/36060.

A Secretaria de Estado de Saúde do Estado de Mato Grosso mediante a Comissão de Licitação instituída pela Portaria nº. 17/2022/GBSES, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, em 07 de janeiro de 2022; torna público para conhecimento de todos os interessados a publicação do **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2023/SES/MT**, que visa o **"Chamamento Público, para fins de convocação de interessados em se credenciar para o fornecimento de próteses de implante coclear (IC) e próteses osteoancoradas aos pacientes com deficiência auditiva, para atipante e mapeamentos sequenciais no Centro de Reabilitação Integral Dom Aquino Correa (CRIDAC), incluindo insumos, capacitação técnica e comodato de notebook com software, bem como os insumos para a realização do procedimento cirúrgico do implante coclear (ic) e das próteses osteoancoradas, no Hospital Estadual Santa Casa conforme avaliação e indicação terapêutica prevista na portaria nº 2.776, de 18 de dezembro de 2014 e as especificações constantes no edital"** os ENVELOPES DE HABILITAÇÃO e a PROPOSTA (obedeendo aos valores da TABELA vigente), deverão ser entregues, na Coordenadoria de Aquisições da Superintendência de Aquisições e Contratos - SUAC, na sede da Secretaria de Estado de Saúde - SES, situada no Centro Político Administrativo, Rua Júlio Domingos de Campos, s/n. (Antiga Rua D, Quadra 12, Lote 02, Bloco 05) CEP: 78049-902 - Cuiabá-MT. Em horário de expediente da SES/MT, contato (65) 3613-9410, **respeitando o prazo estabelecido no Edital**. O EDITAL E SEUS ANEXOS com o inteiro teor poderão ser acessados através do site: <http://www.saude.mt.gov.br/licitacao-editalis>, ou retirados na sede da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso (Coordenadoria de Aquisições), onde a interessada deverá apresentar PEN DRIVE, para cópia do arquivo em PDF, ou solicitar via E-mail: cpl@ses.mt.gov.br.

Cuiabá, 17 de janeiro de 2023.

ELTON CARVALHO DA SILVA FILHO
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
(Original Assinado nos Autos)

WESLEY JEAN NUNES DA CUNHA BASTOS
Superintendente de Aquisições e Contratos
(Original Assinado nos Autos)

IVONE LUCIA ROSSET RODRIGUES
Secretária Adjunta de Aquisições e Finanças
(Original Assinado nos Autos)

Assine o Valor Econômico:
assinevalor.com.br
ou ligue: 0800 7018888

Valor ECONÔMICO

Pastoral da Criança
Organismo de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB • CNPJ - 00.975.471/0001-15

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE SETEMBRO
(Em milhares de Reais)

ATIVO	2022	2021
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	43.747	38.990
Recursos com restrição	6.036	18.325
Creditos a receber	225	275
Adiantamentos aos setores	1.144	1.581
Estoque	498	675
	51.650	59.846
Não circulante		
Imobilizado	4.181	4.466
Outros créditos a receber	40	78
	4.220	4.544
Total do ativo	55.880	64.390
PASSIVO		
CIRCULANTE		
Fornecedores	62	64
Adiantamentos com convênios restritos	6.036	16.748
Obrigações trabalhistas	1.176	1.039
Provisão para contingências	9.885	9.885
Outras obrigações a pagar	614	584
	17.773	28.300
Patrimônio líquido		
Patrimônio social	4.181	4.466
Reservas e fundos patrimoniais	33.926	31.594
Total do patrimônio líquido	38.107	36.060
Total do passivo e patrimônio líquido	55.880	64.390

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT/DEFICIT DOS EXERCÍCIOS FINIS EM 30 DE SETEMBRO
(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Recursos operacionais	17.543	18.712
Gratuidades	3.907	3.692
Trabalho voluntário	94.114	84.344
	115.564	106.748
Custos e despesas operacionais com programas	(14.352)	(13.390)
Abandono em saúde	(3.997)	(3.692)
Gratuidades	(94.114)	(84.344)
Trabalho voluntário	(112.463)	(101.966)
	(4.777)	(4.343)
Despesas operacionais		
Administrativas	(4.777)	(4.343)
Provisão para contingências		
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas	(1.588)	413
Resultado financeiro		
Recursos financeiros - recursos sem restrição	3.667	1.106
Despesas financeiras	(34)	(27)
Superávit do exercício	2.047	1.492

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL DOS EXERCÍCIOS FINIS EM 30 DE SETEMBRO
(Em milhares de Reais)

Descrição	Patrimônio social	Fundo patrimonial	Fundo de contingências	Reserva técnica	Adiantamentos aos setores	Estoque	Superávit acumulado	Total
Saldos em 30 de setembro de 2020	4.739	16.394	8.217	969	3.500	749	1.492	34.588
Destinações:								
Constituição (utilização) de reservas e fundos patrimoniais	-	782	3.367	(468)	(1.842)	(74)	(1.765)	-
Apropração por movimentação do imobilizado	90	-	-	-	-	-	(90)	-
Apropração pela depreciação do imobilizado	(963)	-	-	-	-	-	363	-
Saldos em 30 de setembro de 2021	4.446	17.176	11.594	501	1.658	675	2.047	36.060
Destinações:								
Constituição (utilização) de reservas e fundos patrimoniais	-	2.293	630	51	(466)	(176)	(2.332)	-
Apropração por movimentação do imobilizado	3	-	-	-	-	-	(3)	-
Apropração pela depreciação do imobilizado	(288)	-	-	-	-	-	288	-
Saldos em 30 de setembro de 2022	4.181	19.469	12.214	552	1.192	499	-	38.107

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

	2022	2021
Superávit do exercício	2.047	1.492
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	2.047	1.492

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 30 DE SETEMBRO

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais	2.047	1.492
Superávit do exercício	2.047	1.492
Ajustes por:		
Depreciação	288	363
Resultado na baixa de ativo imobilizado	6	-
Constituição de provisão para contingências	-	26
Variações nos ativos e passivos	12.289	(6.089)
Aumento em créditos a receber	50	(47)
Redução (aumento) em adiantamentos aos setores	437	1.867
Redução (aumento) em estoques	29	17
(Aumento) redução em outros créditos a receber	(2)	(2)
Aumento (redução) em fornecedores	177	12
Aumento em adiantamentos com convênios restritos	(10.712)	4.512
Aumento (redução) em obrigações trabalhistas	137	58
Aumento em depósitos judiciais	-	(20)
(Redução) aumento em outras obrigações a pagar	20	(15)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (usadas em) atividades operacionais	4.766	2.197
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de ativo imobilizado	(10)	(9)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento	(10)	(9)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	4.756	2.187
Demonsração do(a) aumento (redução) de caixa e equivalentes	4.756	2.187
No início do exercício	38.990	36.893
No fim do exercício	43.747	38.990
Demonsração de (a) aumento (redução) na caixa e equivalentes de caixa	4.757	2.187

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Opinião com ressalva
Examinamos as demonstrações financeiras da Pastoral da Criança - Organismo de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2022 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pastoral da Criança - Organismo de Ação Social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB em 30 de setembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião com ressalva
Em 30 de setembro de 2022, conforme apresentado na nota explicativa 14, a Entidade apresentou o montante de R\$ 9.885 mil (R\$ 9.885 mil em 2021) referente a provisões para contingências para as quais não foi identificada uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, que justifique a referida provisão, conforme determinado pelo Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas - Seção 21 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Conseqüentemente, em 30 de setembro de 2022, o passivo circulante está aumentado e o patrimônio líquido reduzido em R\$ 9.885 mil (R\$ 9.885 mil em 2021). Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
Nosso objetivo não é obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos aos responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Opinião com ressalva
Cuiabá, 30 de novembro de 2022.
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/0-6-F-PR

Karen Cristina Dal Ponte
Contador CRC PR-053887/0-2-T-RJ

Dom Elio Rama
Presidente do Conselho Diretor
As demais demonstrações e Notas Explicativas que integram o conjunto das Demonstrações Contábeis estão disponíveis no site www.pastoraldacrancia.org.br/pt/financeiro

Sergio Leandro Reis
Contador CRC RJ-000000/0-6

Média Mensal de Crianças Acompanhadas: 371.349 crianças, em 2.742 municípios (2º trimestre de 2022)
Gasto Mensal por Criança: R\$ 4,05

SUPLEMENTOS ECONÔMICO

Valor ECONÔMICO

Notícias que geram negócios

Valor Especial Regiões - Nordeste

Pequena empresa te papel de destaque em políticas de financiamento F7

Seguros e resseguros

Evolution dos mercados supervisionados

2020	2021	2022
9,0	10,1	11,7
67,8	76,6	90,0
10,1	11,7	14,6
10,1	11,7	14,6
10,1	11,7	14,6

Foco no equilíbrio

Mercado continua aquecido, apesar da queda do crescimento F2

ANUNCIE
midiakit.valor.com.br